

**Formar dirigentes ou governantes: análise do Projeto
“Jovens Governantes” da Prefeitura Municipal de Curitiba**

Roberta Ravaglio Gagno

Resumo

Esse artigo trata de uma breve exposição dos referenciais do Projeto “Jovens Governantes”, onde se descrevem os pressupostos que o envolvem bem como alguns problemas e limites apresentados na sua aplicação e retomam-se alguns princípios teóricos que podem fundamentá-lo. São abordados também, de forma breve, aspectos da democracia brasileira após a ditadura militar, enfocando à participação da população no contexto da política. Evidencia-se que, apesar de tentar reverter uma política de cunho burocrático, com o reflexo dos anos passados e a continuidade da desigualdade econômica, cultural e social, a consolidação de uma democracia efetiva ainda está longe de acontecer.

Palavras chave: Educação, democracia e participação

**To form controllers or governing: analysis of the Project “Young Governing”
of the Municipal City hall of Curitiba**

Abstract

This article is a brief summary of the benchmarks of the project “Young Rulers”, which describes the assumptions that involve well as some problems and limits shown on your application and resume are some theoretical principles that can substantiate it. It is evident that, despite trying to reverse a policy of bureaucratic nature, with the reflection of years past and the continuity of economic inequality, cultural and social consolidation of an effective democracy is still far from happening.

Keywords: Education, democracy and participation

Este artigo deriva de uma pesquisa finalizada a respeito das bases políticas do Projeto “Jovens Governantes” (PJG), desenvolvido nas escolas municipais da cidade de Curitiba. Este faz parte da Secretaria Municipal da Educação e tem como objetivo a preparação para a cidadania e o desenvolvimento da democracia, por meio da observação da realidade da comunidade na qual o estudante está inserido.

Um projeto político não autoritário de sociedade e de educação pressupõe um conceito de democracia de acordo com o qual se propõe uma determinada direção política. Esta, por sua vez, traz, implícitas, noções como *cidadania*, *participação*, *governantes* e *dirigentes*. De acordo com a concepção política adotada, essas palavras mudam de significado.

Entende-se que uma sociedade é democrática pela construção e pela prática da participação política, pela vivência dos direitos por todos os membros dessa sociedade e, principalmente, pela transparência das relações políticas e participação ampliada e crítica no processo decisório. Neste artigo são abordados conceitos como a formação da democracia, os processos de participação da população nessa democracia, a formação de governantes ou dirigentes, com vistas a essa participação.

A compreensão da participação crítica direta e ativa na vida política do meio em que se vive é condição essencial para a consolidação de um sistema político democrático. A escola é uma das instituições responsáveis pela formação de jovens, entendidos como pessoas capazes de assumir uma função dirigente na sociedade, o que evidencia a relevância do seu trabalho para o conjunto da comunidade. Cabe distinguir o significado de “governantes”, “governados” e “dirigentes”.

Bobbio conceitua o termo *governantes* como “[...] o conjunto de pessoas que governam o Estado [...]” e como *governados* “[...] o grupo de pessoas que estão sujeitas ao poder de governo na esfera estatal.” (BOBBIO, 1994, p. 553). Essa definição supõe um conceito restrito de política como exercício de governo. Nesse sentido, o poder de decisão se concentra nas mãos de uma pequena parcela da população, que se organiza, obtém vantagens e se articula para manter-se nessa posição. Portanto,

nesse contexto, a grande massa fica à margem das decisões e da participação política, fica suscetível às manobras e decisões de uma minoria. Esse tipo de entendimento leva à formação e à conservação de uma sociedade desigual.

Já o conceito de “dirigentes” pressupõe relações políticas mais amplas, nas quais há um compartilhamento nas decisões políticas, sociais e econômicas. Para tanto, a população deve ser preparada e organizada para essa participação efetiva nas decisões de uma forma consciente, crítica, criativa e esclarecida, com vistas a compreender as contradições que permeiam a sociedade e a realidade em que está inserida. Conseqüentemente, a democracia existe quando favorece a passagem revolucionária de dirigidos para dirigentes. É a constituição de um sujeito histórico que detenha conhecimentos formais e políticos. Tal questão é abordada por Antonio Gramsci (1968b).

A partir dessas duas definições, têm-se duas práticas de democracia e de gestão: a democracia liberal, que concentra a política no exercício do governo e a gestão nas mãos dos eleitos pelo voto periódico; e a democracia socialista, que se constrói pela participação efetiva de todos no exercício do poder, o que supõe um conceito mais amplo de gestão.

A prática política cria condições e requisitos necessários à democracia e é de extrema importância na construção de uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos¹ capazes de atuar criticamente na sociedade. Nesse sentido, a busca de enfoques que privilegiem a discussão da participação política e da gestão da educação centrada na perspectiva democrática torna-se imperativa.

Cabe esclarecer que o termo “democracia” apresenta vários significados. Toma-se aqui o significado adotado por Gramsci, que se utiliza de um conceito de democracia operária, o qual é diferente do conceito de democracia burguesa. Esta última tem como ideário o liberalismo, partindo de um modelo utópico, que se funda na aparência de igualdade sem questionar a realidade social desigual, produzida pelo modo de produção capitalista. Nesse modelo existe a crença de que se participa de forma igual aos demais modelos, principalmente no acesso ao

sufrágio universal, priorizando a quantidade e o exercício formal do voto; essa concepção separa a esfera política da econômica e defende um Estado sem intervenção na economia. A democracia operária, segundo a visão gramsciana, deve operar com vistas ao aspecto qualitativo, destacando os limites da participação das classes menos favorecidas no interior dessa estrutura de sociedade capitalista e construindo as bases de novas relações sociais e políticas. (GRAMSCI, 2004a).

A partir dessa noção de democracia, apresenta-se a noção da gestão da escola básica, que não pode restringir-se aos limites de atuação do próprio Estado, por meio de políticas públicas — promovendo a participação coletiva apenas dos que atuam em seu interior; ela envolve principalmente a comunidade, de modo que se possa produzir, por parte da população, uma possibilidade real de controle democrático do Estado no provimento de educação escolar em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade. Essa experiência é difícil de se construir na escola atual, inserida nos limites de uma sociedade capitalista.

Tal processo requer uma participação consciente e esclarecida – não alienada e despolitizada – que propicie o desenvolvimento de princípios fundamentais para garantir a transformação do ensino no país. Urge construir uma escola que promova o exercício cotidiano da participação política e que vise à vivência da liberdade e ao pluralismo de ideias.

Diante desse quadro, percebe-se a importância de pesquisar meios que propiciem um tipo de participação de tal natureza. Evidencia-se, assim, a necessidade do aprofundamento de aspectos referentes à democracia, à participação política e à formação de jovens, desvelando aspectos de um contexto liberal, no qual se insere o projeto e as suas possibilidades críticas como uma forma de refletir a respeito da realidade presente.

O problema deste artigo consiste em confrontar duas concepções de direção política - a que educa governantes e a que educa dirigentes - para esclarecer a concepção teórica que sustenta o Projeto “Jovens Governantes”. Neste Projeto, a concepção

que predomina é aquela que visa educar governantes, abarcando uma pequena parcela dos estudantes e definindo “cidadania” apenas como uma prática de direitos e deveres. É essencial, no entanto, que essa formação para a participação política seja consciente, ativa, crítica, revolucionária e efetiva. Nesse contexto, abre-se alguma perspectiva de mudança.

Participação política e educação

Entende-se hoje que o pensamento de Gramsci é de fundamental importância, já que ainda se vive em um mundo pautado pelas idéias capitalistas e pela luta constante pelo poder e pela hegemonia.

Gramsci foi um revolucionário e seus escritos são lidos hoje como os de um clássico da política moderna. Para ele, deve-se superar a situação de coerção e estabelecer novas relações a fim de conquistar uma nova hegemonia política. Há necessidade da organização política das massas, e entre as tarefas que pertencem aos dirigentes, está a de desvelar a ideologia da classe dominante, e de exercer a direção. O intelectual é o dirigente, e a luta política dos trabalhadores produz-se como construção das condições de todos serem dirigentes. (GRAMSCI, 1968)

Desse modo, para Gramsci, o partido, que também é uma escola, precisa despertar e desenvolver a consciência política, já que todos são filósofos, pois possuem a capacidade de pensar e se envolver, sendo capazes de superar o senso comum. O homem, então, é um ser político que deve adquirir a consciência dessas relações. (GRAMSCI, 1968)

Salienta-se que as classes populares precisam conhecer-se como tais a fim de elaborar sua própria cultura, condição para seu fortalecimento político. Consequentemente, o homem não pode ser concebido isoladamente, pois é um fruto da história e do meio. A formação, portanto, precisa fazer a mediação entre indivíduo e ambiente, já que é um processo histórico e social e se funda nessas relações. Para Gramsci, a escola integra-se a um conjunto de outras instituições que desempenham, para as classes trabalhadoras, a função de elaborar uma nova cultura, como os partidos políticos, as associações de cultura,

os jornais etc.

A educação, na sociedade capitalista, é reduzida a uma condição de mercadoria, de propriedade, utilizando-se do discurso voltado para a qualidade como um bem que é conquistado para competir no mercado e não como um direito. De acordo com Kuenzer (2001), a democratização da educação só é possível com a efetiva democratização da sociedade, a partir do momento em que os bens culturais e materiais estiverem disponíveis às pessoas em sua totalidade. Dessa forma, a escola não pode resolver todas as mazelas sociais, mas pode contribuir desenvolvendo uma visão crítica do processo em que a população está inserida.

Na leitura de Saviani (1996), a cultura é um instrumento indispensável para a participação política das massas. A formação política e cultural fortalece as classes populares e as faz compreender os mecanismos utilizados pelas classes dominantes. Formam-se indivíduos ativos, críticos, que podem, de alguma forma, fazer frente a esses mecanismos; de acordo com a visão gramsciana, para participar espontaneamente na vida coletiva, o homem precisa de um processo rigoroso de formação e disciplina, para ser incorporada à sua personalidade. A educação apresenta uma dimensão política que deve permitir uma promoção do indivíduo por meio de uma reforma cultural, sem, no entanto, deixar os problemas concretos de lado.

A democracia no contexto político brasileiro

A presente reflexão sobre o modo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil é embasada em escritos de Holanda, Weffort, Souza, entre outros. São autores que acentuam que a concentração do poder decisório nas mãos do executivo federal, mantendo a unidade nacional, com esquemas regionais de manutenção de poder no campo, evita a participação efetiva da maioria da população.

A democracia constituiu-se sem o conhecimento efetivo das massas, reduzindo sua participação ao exercício do voto sem a clareza do seu significado

político, um dos mecanismos para eximir-se de proporcionar uma igualdade social efetiva, prometendo-a apenas em discurso. A esse respeito, assim salienta Reis:

Se houver grande desigualdade social, como a que existe no Brasil, por exemplo, isso naturalmente vai significar que diferentes indivíduos estarão controlando quantidades muito desiguais de recursos na esfera privada, e que haverá, portanto, um desequilíbrio privado de poder que tornará problemático o exercício efetivo dos direitos políticos e civis. O direito de votar e ser votado é obviamente afetado de maneira negativa pelo controle desigual de recursos financeiros. (REIS, 2002, p. 12)

Kinzo (2001) também ressalta alguns elementos, como a pobreza e a desigualdade social, que acabaram atuando como fatores que constroem a consolidação da democracia e a participação dos cidadãos nos processos políticos. Esses traços, alguns que vigoram até nossos dias, em conjunto com a cultura do patrimonialismo, agem na configuração de uma política fragmentada, que leva a pouca valorização do coletivo e à predisposição ao individualismo, gerando um cenário prejudicial à democracia² efetiva. Por meio dessa dinâmica há uma consolidação lenta e gradual do poder do Estado, que se insere na sociedade; as políticas públicas, geradas a partir de projetos desconhecidos pela maioria da população, são mecanismos desse exercício de poder.

Para Weffort (1996), a democracia nasce do conflito; acredita-se que precise resolvê-lo respeitando as diferenças. Na realidade, para esse autor a democracia política brasileira é um processo que nunca chegou a se consolidar. E nem haveria possibilidades, pois boa parte da população não recebe os “benefícios mínimos do desenvolvimento”. Em tal situação, para os indivíduos que estão integrados³, há mecanismos efetivos de influência e participação; mas, para os que ficam de fora⁴, há coerção.

Para HOLANDA (2006, p.160), “a democracia

no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas”.

O Golpe Militar de 1964, por sua vez, desvelou o mecanismo de intervenção permanente na vida política brasileira: segundo os militares, veio para combater a desordem, a corrupção e o comunismo, por meio de um movimento institucional. Ao contrário, contudo, o fechamento e a concentração do poder em vinte anos geraram as condições de aumento da corrupção, além de marcar a sociedade com a violência, o arbítrio e a falta de liberdade política.

É importante relatar - de acordo com Codato (2005) – que, a partir de 64, os governos militares não admitiram, na época de seu governo, a criação de um partido que mobilizasse as massas; eles cancelaram registros de agremiações pós-45, reorganizando-as em ARENA e MDB (a favor e contra o regime). Adotaram o regime bipartidário, que proporciona melhor controle entre aliados e dissidentes.

Com o fim do regime ditatorial, criou-se a expectativa de que, com a democracia, seriam estabelecidos parâmetros de respeito aos direitos dos cidadãos, mas o processo gradativo de abertura política frustrou a participação da sociedade civil, que lentamente se organizava, e orientou a política a favor da liberalização econômica. Dessa forma, a abertura democrática tentou garantir o estado de direito e muitas das reivindicações sociais na Constituição de 1988, mas a garantia dos direitos por parte do poder público para todos os habitantes restringiu-se porque o regime econômico acentuou as desigualdades sociais. Cabe salientar que, embora o processo de democratização tenha ocorrido por meio desse artifício, avançou-se com relação à transparência política e lançaram-se as bases para a participação política.

De acordo com ARTURI (2001), o movimento “Diretas - Já” foi a reivindicação mais forte pós-64 pela democratização do país, dificultando de modo momentâneo a estratégia política do regime que ne-

gociava alianças com setores do partido governista. Embora tenha falhado na intenção de aprovar, em 1984, o projeto de emenda constitucional que garantiria a eleição direta, foi de grande importância para a concretização dessa luta que só foi conquistada no ano de 1989. Mais uma vez, a população viu suas esperanças frustradas ao acreditar que, ao final dos anos 80, teria a oportunidade de discutir, de forma ampla e com liberdade, as perspectivas da construção de um novo sistema de governo. Tal objetivo foi realizado apenas em parte com a promulgação da nova Constituição, que, em muitos de seus capítulos acabou ainda privilegiando o governo anterior.

Conforme CODATO (2005), a transição do regime ditatorial militar para o regime liberal democrático passou por três aspectos: o primeiro, um processo de “distensão política”, que foi iniciado pelos militares, não por ascensão do movimento popular, mas essencialmente pela intenção militar; segundo, teve natureza, ritmo e objetivos determinados também pelos militares, e, por fim, procurou resolver problemas internos da corporação. Uma “consolidação democrática” que, segundo ele,

[...] conjugou o presidencialismo como forma de governo, o federalismo como fórmula de relação entre o Estado e as unidades subnacionais (Mainwaring, 1977), a coalizão como a fórmula da governabilidade (Abranches, 1988) e um sistema partidário fragmentado (Nicolau, 1996), pouco institucionalizado e excessivamente regionalizado (Abrucio, 1998). (Ibidem, p.84-85)

Mesmo com a mudança de governo, salienta-se que muitos militares continuaram no comando, por meio de posições estratégicas, ainda que com o fortalecimento do Presidente da República. Alguns continuaram, mesmo a distância, a centralizar o poder nas mãos do Executivo e agiam com o objetivo de que os partidos políticos mantivessem suas atividades apenas nos períodos eleitorais. Desse modo, garantiriam sobrevivência política e participação no poder após a democratização.

Segundo ARTURI (2001), seria a “tutela militar” sobre o sistema vigente, com o aval das negociatas para garantir que não haveria nenhuma reforma que atingisse os interesses econômicos da classe dominante anterior. Essa confiabilidade foi estabelecida com Tancredo Neves, falecido antes de tomar posse.

Até essa época, menos de 20% dos brasileiros votavam; em 1980 passaram para cerca de 50%, mas somente a Constituição de 1988 permitiu o voto para analfabetos e para menores de 16 anos, quando quase 70% dos brasileiros passaram a votar⁵.

Assim, com o término do regime militar e a criação do PFL, os grupos que estavam no poder continuaram no poder, com a diferença que se situaram em outro partido⁶. O governo de José Sarney contribuiu para o estabelecimento de uma “democracia tutelada”; não houve desta forma uma ruptura com o antigo regime, mas uma transformação paulatina. (Zaverucha, 1994), Ademais para que a consolidação democrática ocorresse, houve arranjos institucionais e comportamentais como uma estratégia de atores políticos, interagindo com uma estrutura pré-existente política, social e econômica. Foi um governo onde o presidente não conseguiu atingir a legitimidade perante a população. Um governo, como os demais, com movimentos que na aparência eram reformadores, mas que de fato foram impostos por grupos dominantes, ou de “cima para baixo” como afirma Holanda (2006) em épocas passadas.

A consolidação da democracia brasileira, segundo Arturi (2001), aponta para duas características importantes na tradição política do país: a tutela dos militares sobre o sistema político e a utilização da competição eleitoral para reger conflitos entre as elites políticas. Para ele, outros fatores ainda problematizam a ordem política atual, e, constroem a consolidação da democracia. Obstáculos ocasionados por fatores sociais e econômicos que levam parte da população associar estas falências à vigência da democracia gerando um descrédito crescente.

A partir das observações de HOLANDA (2006) sobre a história do Brasil, pode-se refletir sobre o processo de formação dos dirigentes ou gestores, fundada na separação entre elites e massas. Reto-

mando palavras de um publicista ilustre e do qual não cita o nome, Holanda acentua:

A separação da política e da vida social,..., atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições. (Ibidem, p.177-178)

Uma evidência de que esses processos clientelísticos se prolongaram pelos anos, mesmo na experiência de governo democrático pós-85, é que o Executivo daquele período funcionou à custa de mecanismos concentradores de poder, como as medidas provisórias, com arranjos para apoio parlamentar e individual. Resultou, portanto, no distanciamento dos governantes dos problemas mais urgentes, em troca de comportamentos impositivos com a coisa pública.

Apesar de permitir a participação da população nesses processos decisórios, garantindo o voto para mais brasileiros, a Constituição de 88 apresenta muitos problemas, como, por exemplo, centralizar o poder nas mãos do presidente, mesmo no período pós-ditadura, e permitir muitas medidas provisórias, fato que pode ser atribuído à construção da Constituição Federal Brasileira em um período marcado por grande instabilidade política, pela modernização e o avanço de formas de participação da população.

Os problemas referentes à instabilidade continuaram, com a eleição do primeiro presidente eleito, em 89, Fernando Collor, presidente esse que reacen-

deu o descrédito e a desconfiança dos brasileiros a partir de seus atos políticos.

De acordo com COUTINHO (2007), essa agenda de reformas era essencialmente liberal e dirigia-se ao mercado conforme uma visão de redução do papel do Estado na economia com um discurso ideológico onde o Estado é uma espécie de garantia da legalidade. Nesse contexto, o teor liberal procura minimizar conflitos na sociedade e no mercado. Tal inaptidão estatal está vinculada a um mundo onde as fronteiras perdem significado, situação posteriormente nomeada de “neoliberalismo”⁷.

No governo de Fernando Henrique a área econômica continuou sendo priorizada em conjunto com a área empresarial e o sistema internacional, na busca de interesses do mercado, por meio de políticas de privatização. Houve, também, “redimensionamento” de gastos sociais em áreas como a educação, a saúde e a previdência, bem como abertura financeira e comercial. Instauraram-se as bases econômicas e políticas necessárias para a integração do Brasil no processo mundial e na política neoliberal.

Na história do Brasil o processo lento e gradual de passagem da ditadura militar para a democracia liberal, aliado a uma história política autoritária, dificultou a integração das classes trabalhadoras ao processo político; a formação dos gestores públicos acontece dentro de uma estrutura social hierárquica onde muitas vezes prevalece o nepotismo, que embaraça a compreensão das relações políticas e dificulta a participação dos cidadãos nas decisões políticas.

Os países da América Latina, por meio das políticas públicas, vêm tentando reverter um quadro de grande deterioração econômica e social; nesse quadro, segundo dados da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2006) -, 83,4% da população vivem na zona urbana, 89,1% são economicamente ativos, com a taxa de desemprego de 10,1%, cerca de 11,1% são analfabetos e 23,5% vivem abaixo da linha de pobreza. A partir de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007) - há ainda um grande número de menores no mundo do trabalho, mais exatamente 1.756.114 de crianças e adolescentes. De acordo com esses dados, observa-se que 1.545.440 crianças entre

cinco e quatorze anos não frequentam a escola. Ainda em consonância com os dados do IBGE (2003)⁸, cerca de 31,8 milhões de pessoas com mais de 15 (quinze) anos não têm os quatro primeiros anos de escolaridade; dessas pessoas, 2,4 milhões estavam estudando; já as que não tinham os quatro últimos anos do ensino fundamental eram 30 milhões, dos quais 4,2 milhões estudavam. Esse contexto está vinculado à falta de investimentos nas áreas da Educação, Saúde e Segurança, e mantém a população trabalhadora distante da vida política; a concentração do poder nas mãos de elites dominantes vincula-se a fatos de corrupção, que levam ao descrédito da população, com relação aos representantes políticos e às instituições das quais fazem parte.

Apesar dessa situação, houve momentos na história recente do Brasil nos quais a população se mobilizou para reivindicar direitos e participar. Ainda assim, a realidade econômica e a desigualdade social colocam o Brasil entre os países que precisam enfrentar grandes desafios para o seu desenvolvimento.

Com este panorama social, torna-se indispensável analisar formas que propiciem a participação e/ou a organização política em um regime político democrático, esclarecendo as concepções contraditórias de formação de dirigentes e governantes. Nesse quadro está inserido o Projeto “Jovens Governantes”.

O projeto “Jovens Governantes”

Este projeto envolveu, no ano de 2005, cerca de 131 escolas, 488 professores, 19.000 estudantes com 758 projetos inscritos. Já, no ano de 2006, foram 147 escolas envolvidas, 265 professores, 11.060 estudantes com 312 projetos inscritos. Em 2007, o PJG contou com 121 escolas, 325 professores, 320 projetos e 11.200 estudantes. No ano de 2008, não se obteve o número de escolas envolvidas, mas o projeto abarcou 302 professores, 343 projetos e 10.300 estudantes.

Parte-se da realidade enfrentada por um projeto que nasceu em meio a adversidades, que se

caracterizaram principalmente por se inserir em um contexto de relações de poder hierárquicas, como parte de uma concepção liberal de Estado. O Projeto “Jovens Governantes”, inicialmente voltado a formar lideranças entre crianças e jovens, abriu o caminho para novas discussões sobre as formas de gestão possíveis em uma sociedade democrática, para a formação de dirigentes ou de governantes.

A metodologia básica para o desenvolvimento do PJG é a pesquisa-ação⁹, onde são definidos temas pela SME e, a partir desses temas, os professores são orientados de forma *on-line* a incentivarem os estudantes a executarem o projeto que acreditam ser necessário na comunidade em que vivem.

Como participante da coordenação do projeto no ano de 2006, sentiu-se a necessidade de buscar os fundamentos teóricos que sustentassem a continuidade do projeto e que subsidiassem outras pesquisas na área educacional.

Dessa forma, evidenciou-se a necessidade de refletir sobre os problemas socioeconômicos e culturais brasileiros, estabelecendo uma breve relação histórica dos acontecimentos que marcaram a realidade atual, pois acredita-se que este não é um processo que surgiu na atualidade; trata-se de um legado de governos passados. De acordo com HOLANDA (2006), os decretos dos governos, de uma forma geral, nasceram para conter as paixões particulares momentâneas e raras às vezes com a pretensão de se associarem a forças ativas. São decretos que foram criados com o objetivo de separar e não de unir os homens.

A formação de jovens governantes

No âmbito em que o PJG está inserido tem-se uma sociedade desigual e com inúmeros problemas sociais, econômicos e políticos; nele a participação da população é garantida principalmente por meio do sufrágio universal. Nessa estrutura de poder, a formação dos dirigentes produz-se como formação de lideranças, e o despertar dessas lideranças é de grande valia como auxílio na forma de organização e participação política. Tem-se uma forma de participação política limitada, visto que as funções de

decisão se concentram nas mãos dos governantes.

Autores como Schumpeter e Michels auxiliam na compreensão do significado da formação de jovens lideranças, base do Projeto “Jovens Governantes”.

Joseph Schumpeter foi um pioneiro da moderna teoria liberal da democracia. Reflete teoricamente sobre ela como um método e um procedimento de governo para atingir determinadas ações políticas e não apenas como um conjunto de ideais. Para ele, a democracia não pode ser compreendida como um fim em si mesma (SCHUMPETER, 1961); é tida, antes, como um procedimento e uma luta competitiva pelo voto do eleitor.

Nessas condições teóricas, SCHUMPETER (1961) desenvolve conceitos importantes para sua teoria como lideranças competitivas, procedimentos, vontade individual, conjunto de líderes que vão exercer o poder. Esse autor parte das premissas do socialismo, mesmo sem ser socialista, e do capitalismo, realizando uma comparação entre elas e demonstrando seus limites e possibilidades. Destaca o conceito de doutrina básica da democracia, utilizando-se dos pensamentos de Stuart Mill, Bentham e Rousseau:

[...] em virtude da importância que atribuiu ao indivíduo racional e hedonista e ao seu livre arbítrio, a filosofia em causa parece estar em condições de ensinar os únicos métodos políticos corretos de dirigir o Estado e concretizar seus objetivos – a maior felicidade para o maior número, e assim por diante. Finalmente, forneceu o que parece uma base racional para a crença da *vontade do povo (volonté générale)* e para o conselho que resume tudo o que a democracia significa... educa o povo e deixa-o votar livremente. (SCHUMPETER, 1961, 303)

A esse respeito, SCHUMPETER (1961) conceitua a democracia clássica como uma busca pelo bem comum e pela vontade geral, duas bases, segundo ele, que se materializam e não correspondem à

realidade. Na visão dele, o bem comum vem de encontro às vontades gerais, pois é diferente para cada indivíduo. Dessa forma, estes indivíduos, para ele, não conseguem construir vontades coletivas, ou seja, não sabem o que seja melhor para elas na questão pública. E isso provém da falta de vontade, da desinformação e da manipulação dessas camadas por propagandas políticas.

Para o citado autor, o que existe, na realidade, não é o cidadão autônomo, e sim o cidadão típico da sociedade de massa, um indivíduo incapaz, de forma livre e articulada, de expor suas vontades e produzir argumentos racionais. Um indivíduo que é claramente influenciado pela teoria psicológica das multidões e que emprega pouca energia intelectual nesses momentos, pois a vontade popular é algo manufaturado e artificial; é o resultado do processo político e não a causa. São eleitores incapacitados de aprender com seus erros. Para ele, essas massas têm um comportamento pior que os indivíduos, pois agem irracionalmente e por impulsos.

Acredita-se, então, que a democracia e o liberalismo se dão na figura dos líderes e na disputa pacífica por eles travada. Seria uma elite não fechada que daria possibilidade, embora não legítima, da entrada das massas, pois a democracia é tida como o governo dos políticos. Essa liderança é conceituada como o conjunto de indivíduos que disputam poder entre si e com o eleitorado, por meio de um método eleitoral reconhecido por todos, o sufrágio (SCHUMPETER, 1961), ou seja, por votos livres da população.

Para explicar tal situação, Schumpeter faz uma analogia com o homem de negócios, “O que os homens de negócios não entendem é que, da mesma maneira que eles negociam em petróleo, eu negocio em votos.” (SCHUMPETER, 1961, p. 347). A eleição, portanto, acaba se tornando a democracia em si, pois, quanto menos o eleitor participa, melhor é essa democracia, pois demonstra ter aprovação entre eles. A camada da população que é despreparada, no campo das ações políticas, aceita o surgimento dessa elite, de especialistas que seriam um espaço de racionalidade. Dessa forma, há necessidade urgente de uma burocracia organizada.

De acordo com o pensamento de SCHUMPETER

(1961), existem algumas condições que facilitariam o sucesso da democracia. São elas: a alta qualidade do “material humano da política”; nesse sentido, o autor acredita que o método democrático seleciona “elementos da população que estão dispostos a encetar uma carreira política” (SCHUMPETER, 1961, p. 352). Outra condição é a restrição para a tomada de decisões políticas, com um tratamento racional do problema. A terceira condição é a obtenção, por parte de um governo democrático de uma burocracia especializada; no entanto, não basta que esta seja eficiente, é preciso que tenha “competências para dar conselhos... deve ser um poder por direito próprio” (SCHUMPETER, 1961, 356). A quarta condição sugerida por Schumpeter é o autocontrole democrático; isso só é possível a partir do momento em que “... tanto o eleitorado como o parlamento devem possuir um nível moral e intelectual bastante elevado para resistir às ofertas de loucos e ladrões...” (SCHUMPETER, 1961, 357). Para ele, os eleitores e o parlamento devem deixar que o governo tome as suas decisões, sem atrapalhar; caso contrário, segundo ele, “nenhuma política será possível” (Ibidem, 357), ou seja, é preciso aceitar a liderança. A última condição seria a necessidade da tolerância, embora não absoluta, com as diferenças de opiniões.

Robert MICHELS (1982) elaborou uma pesquisa sobre a instituição fundamental da democracia – o partido político. Para ele, a sociedade é dividida em duas classes: os que governam e os que não governam. De acordo com seu pensamento, na sociedade de massas há necessidade de uma minoria organizada. A parcela da classe que governa, ou seja, a classe política é a minoria organizada e mais eficaz, na qual a “organização política conduz ao poder” (MICHELS, 1982, p. 219). Essa organização para o funcionário é um fim, pois vive do salário oriundo do partido político, tendo os interesses e estratégias definidos conforme o modo como essa classe se relaciona com o Estado.

A organização deixa assim, de ser um meio, para tornar-se um fim. Às instituições e às qualidades que no início eram destinadas simplesmente a as-

segurar o funcionamento da máquina do partido – subordinação, cooperação harmoniosa dos membros individuais, relações hierárquicas, discricção, correção – acaba-se atribuindo mais importância que ao grau de rendimento da máquina. (MICHELS, 1982, p. 223)

Conforme destacado por MICHELS (1982), esse tipo de comportamento desemboca no abandono de ideais em primeiro lugar, porque os líderes atingiram uma posição de destaque na sociedade e, em segundo, porque a revolução poderia levar o partido à extinção e, conseqüentemente, à perda dos salários. Nesse sentido, ressalta que “o poder é sempre conservador.” (Idem, 1982, p.219)

Este tipo de relação foi nomeado por ele de “lei de bronze da oligarquia” (Idem, 1982, p.225), onde toda organização leva à formação de uma minoria dirigente. De acordo com o pensamento deste teórico, esta lei é uma necessidade histórica, que decorre de uma observação empírica, e cujas causas determinantes precisam essencialmente ser investigadas. Para o autor em questão (1982, p. 237), “a existência de chefes é um fenômeno inerente a todas as formas da vida social”, ou seja, eles são “tecnicamente indispensáveis”, e essa é a maior causa dos fenômenos oligárquicos.

De acordo com Michels, a existência de um político profissional é o fruto da racionalização e especialização do trabalho político em uma democracia de massas, no processo de profissionalização da política. Há muitas diferenças entre representantes e representados, destacando-se a incapacidade da formação de um governo a partir das massas. Essa incapacidade de as massas se organizarem se deve ao fato de não saberem decidir, de serem influenciáveis e de não se preocuparem com o resultado de seus atos; são “imóveis e passivas” (MICHELS, 1982, p. 287). Dessa forma, embora não tome nenhuma decisão com relação ao futuro político, o povo pensa que decide por meio do sufrágio. Neste caso, “a massa nunca será soberana a não ser de uma forma abstrata.” (Ib., p. 239). Esse autor destaca, ainda, que a massa é imatura quanto à sua natureza e não em caráter transi-

tório, é “afligida por uma incompetência incurável... é em si amorfa e precisa de divisão do trabalho, de especialização e de direção.” (MICHELS, 1982, 240)

No processo de representação política, a classe governante, sendo a parte menor, é mais hábil para agir, o que também a diferencia das massas, tornando essa representação um privilégio e não um meio. A democracia nesses termos é, portanto, utilizada como uma forma de submeter as massas às elites e se torna uma máquina de obtenção de votos, em função do sufrágio universal. A esse propósito, Michels ainda destaca que

[...] a democracia é um ideal que terá para a história humana outro valor senão o de um critério moral que permite apreciar nas suas oscilações e nuances mais ligeiras o grau de oligarquia imanente a todo regime social; em outras palavras, se??, em que medida a democracia é um ideal que nós não podemos ver traduzido em realidade. (MICHELS, 1982, p. 240)

Esse teórico ainda discorre sobre a necessidade de uma pedagogia social que garanta a elevação dos níveis das massas, de forma a colocá-las em condições de se oporem às tendências oligárquicas ameaçadoras. (Michels, 1982, 242)

O Projeto “Jovens Governantes” insere-se nessa estrutura de poder quando procura apenas a formação de novos líderes. Porém, a partir da experiência realizada, percebeu-se que algo faltava nesse processo e que o próprio projeto abria outras possibilidades. A vontade de lutar por um determinado objetivo que promovesse o bem comum da coletividade despertado nas crianças e nos professores participantes do projeto gerava uma grande mobilização como forma de alcançar esse objetivo que promovia ações. Essas eram simples tarefas e, na maioria das vezes, as ações efetuadas pelas crianças não causavam a reação esperada, solicitada e perseguida. Em inúmeros casos, entre as ações escolhidas, o grupo enviava cartas e *e-mails* a órgãos governamentais, a autoridades

responsáveis, a políticos locais ou para a própria Secretaria de Educação, a fim de procurar auxílio ao problema detectado e selecionado por ele. Quando a comunicação era realizada por meio da Secretaria de Educação, todas as cartas e *e-mails* eram respondidos, mas nem todos os problemas eram resolvidos, por esbarrar na burocracia, planos de governo e falta de verbas disponíveis. Quando as cartas eram encaminhadas diretamente pela escola a outras instâncias e pessoas, as crianças dificilmente recebiam resposta e muito menos a solicitação era feita. Dessa forma, detectou-se uma desmotivação latente e crescente nos participantes que lutavam por melhorias na qualidade nos bairros, escolas, postos de saúde da sua região, trânsito, calçamento, faixa de pedestres, bosques e rios, segurança policial, iluminação das ruas, entre outros problemas.

Os projetos realizados a partir de temas cotidianos como educação alimentar, reciclagem, melhoria de comportamentos e atitudes na escola, preservação ambiental, consumismo, entre outros, tiveram grande aceitação e resposta da comunidade inserida no processo. Não atingiram, contudo, os projetos na sua totalidade, o que muito dependia do empenho e auxílio da direção escolar, dos professores, funcionários da escola e comunidade.

Outro problema detectado foi a inexperiência de muitos professores em construir projetos que eram divulgados pela internet e posteriormente publicados em livro, pois essas ações tornam público o trabalho. Problemas e caracterização da comunidade, justificativa e objetivos não foram, muitas vezes, realizados pelos professores. Assim como a carência de aspectos técnicos, teóricos, legais e éticos que deveriam ter sido levados em consideração.

Conclusão

De acordo com o breve levantamento histórico e político realizado, evidenciou-se que a democracia não é apenas garantida por meio do voto e sim pela participação efetiva nas várias instâncias de poder. Dessa forma, ela não é algo estático; é uma situação

que se edifica todos os dias a partir da relação com os problemas que vão sendo resolvidos, sendo um processo, uma organização. Ela é construída pela participação e representação da maioria, por onde se estabelece a liberdade. As ações ocorrem a partir do exercício em escolas, partidos, comunidades de bairros etc., de acordo com as necessidades sociais. Deve-se lutar por essa conquista com debates e construção de possibilidades diversas; o importante é como as opiniões são construídas e como as decisões são tomadas e não apenas se é possível votar.

A politização da comunidade é pouca e, muitas vezes, não há mecanismos que viabilizem a sua efetiva participação, mas sim processos e estruturas que indicam a dificuldade do enraizamento de um regime mais democrático no país. O cidadão é preparado para utilizar o mínimo das regras de participação democrática, é formado para ser individualista; no entanto, os indivíduos e os atores políticos agem também de acordo com suas crenças e ideologias e não apenas por interesses.

Nas últimas décadas ocorreram alguns avanços com relação à organização política, em função do crescimento econômico e de algumas políticas públicas, mas acredita-se que ainda há muito por se fazer. A população está mergulhada em um contexto de crescente desigualdade social, fragmentação e burocracia. A pobreza funciona como um círculo vicioso, com mecanismos que a reproduzem de forma contínua, por meio do trabalho infantil, de uma educação precarizada; o trabalho é escasso e cada vez mais exigente com relação ao nível de preparo. sendo essencialmente meritocrático, com um sistema de saúde sofredor. Ele constrange a consolidação da democracia e a efetiva participação política de todos nos processos decisórios.

O Brasil assim como os demais países do terceiro mundo é levado a tomar decisões por meio das resoluções do Banco Mundial, das Nações Unidas e de outras organizações mundiais que apóiam projetos promotores de participação da sociedade civil, projetos de políticas liberais que, em troca, promovem o controle da inflação e a liberação comercial e financeira. Políticas de um mundo globalizado onde as oportunidades para o crescimento

se encontram em mãos internacionais. Segundo Weffort, “as políticas de Estado estão, por assim dizer, ‘sobredeterminadas’ pela situação econômica internacional e dependem, portanto, do reconhecimento das influências do capitalismo internacional.” (WEFFORT, 1996, p.129).

Sabe-se que os partidos estabelecem pactos na construção de leis para que beneficiem ambas as partes (dirigentes e órgãos interessados, sejam internos, sejam externos) e que o governo as interpreta para fazer funcionar o aparelho administrativo. Cabe aos funcionários, na verdade, estabelecer contato direto com o cidadão, que, ao manifestar suas necessidades, se percebe muito longe das discussões políticas; além disso, esse cidadão tem também outra possibilidade: a de exprimir suas exigências pela opinião pública.

Para O’DONNELL (1991), a democracia atualmente vivenciada pelos governos latino-americanos, inclusive o Brasil, é de natureza delegativa. Nela, os governantes eleitos pelo povo, em vez de representá-lo, utilizam-se de sua posição e privilégios para fazer prevalecer suas vontades. Dessa forma, evidencia-se novamente, o pouco preparo do cidadão com as relações políticas; ele deixa de se envolver com os partidos e as instituições políticas e perde sua autonomia de decisão. Deixa de se envolver e de assumir o papel, que lhe é próprio, de um ator social com poderes para exigir seus direitos, ficando à margem das discussões e decisões políticas.

Há necessidade de ocasionar uma mudança nos processos democráticos e na participação política para consolidação de uma democracia efetiva, de forma a ampliar a participação do cidadão na esfera política, a fim de internalizar valores e normas, a cultura política na qual se convive. Indo mais adiante, pode-se, assim, levar à compreensão histórica desses processos e às contradições nas quais estão inseridos. Uma das formas de auxiliar essa promoção é por meio de uma educação política que forme cidadãos ativos e livres; isso pode ser realizado pelas várias instâncias sociais em que esse indivíduo convive, de acordo com GRAMSCI (2004a), escola, partidos políticos, associações de bairro etc. A participação nessas instâncias

proporciona um maior conhecimento a respeito das políticas e suas interfaces; conseqüentemente, um envolvimento e interesse maior por parte da população envolvida nos assuntos referentes às relações políticas e suas discussões.

Essas pessoas devem perceber que, em conjunto, elas podem influenciar a tomada de decisões pela política, de forma a exigir seus direitos e lutar pelo bem da coletividade, diminuindo ou eliminando as desigualdades sociais, desenvolvendo uma concepção crítica e coerente de mundo.

É a reconquista desse indivíduo, fazendo-o reconhecer que pode solucionar alguns problemas cotidianos e que deve lutar por um mundo melhor para se viver; tal situação se coaduna com as formas que geram intervenção da participação do indivíduo nas questões do Estado. Essas questões têm internalizadas práticas vinculadas a um regime autoritário, que foi um regime de “supressão da liberdade”. Segundo FERREIRA (2001, p.335), “Não há povo amorfo. Não há massa bruta e indiferente. A massa é formada de homens e a natureza de todos os homens é a mesma: dela é a paixão, a gratidão, a cólera, o instinto de luta e de defesa”.

Como se observa, o acesso ao conhecimento político, as estruturas partidárias e a compreensão de como as relações se estabelecem são meios importantes para o aumento da cultura cívica dos cidadãos. Mas, para que não funcionem apenas como manobra a respeito do projeto neoliberal, devem estar engajados na busca da qualidade das relações estabelecidas e funcionar com bases em organizações políticas relevantes, intermediando ações entre a sociedade e o poder público.

Essas ações estão intimamente vinculadas a uma reforma intelectual e moral que, por meio da filosofia da práxis, dá um novo tratamento à aprendizagem, entendendo o conhecimento historicamente produzido como vinculado, de maneira inseparável, à prática política, à formação e à luta cultural.

A consciência política, formada no partido ou na escola, seria a condição para transformar governados em potenciais dirigentes. Nesse sentido, a democracia apresenta-se como um processo não apenas político, mas também cultural, econômico e social.

Essa perspectiva mostra que a formação política, a clareza sobre a noção e as relações sociais bem como a prática da democracia possibilitariam a formação de jovens capazes de atuar com senso crítico na sociedade, em condições de se tornarem efetivamente dirigentes.

Exige-se da escola, nesse contexto, uma profunda renovação de métodos e conteúdos, no sentido de torná-la extensão da vida social; trata-se de lutar por uma escola que responda aos mínimos objetivos sociais renovadores e que discuta problemas concretos, mantendo uma relação viva com a vida social e política e proponha novas formas de articular o aprender, o viver e o trabalhar.

Abre-se a senda de novos caminhos para a formação não de governantes, mas de dirigentes comprometidos, críticos e interessados em um mundo melhor e mais humano no qual se possa viver.

Notas

- ¹ No decorrer deste trabalho, o conceito referente à palavra “cidadania” indica aquele que tem consciência dos direitos e deveres que possui, que participa dos processos decisórios democráticos, bem como tem seus direitos básicos garantidos, tanto civis, quanto sociais e políticos. A noção de “cidadania” nasce de uma conquista liberal, e aqui é retomada como a participação popular na gestão pública. Para Adela Cortina (1997), há cinco dimensões para formar uma cidadania plena: a cidadania política, a social, a econômica, a civil e a intercultural.
- ² Para os liberais, a democracia é um conjunto de normas, instituições e práticas que promovem o desenvolvimento do ser humano com liberdade e individual.
- ³ Segundo Weffort, os indivíduos que estão integrados são aqueles que estão dentro como grupos sociais economicamente dominantes, e outros segmentos organizados da sociedade.
- ⁴ Já os que ficam de fora, conforme ainda Weffort, são os marginalizados pelas próprias condições sociais, políticas e culturais, incapazes de se organizar; são aqueles que são objeto de manipulação política, não como cidadãos, mas como “clientes” submetidos, quando necessário, à repressão política.
- ⁵ Dados retirados do texto “Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea”, de Marcelo Coutinho, Revista de Sociologia e Política número 27, de 2006.

- ⁶ Para Holanda, uma grande tradição brasileira foi que “... nunca se deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias”. (2006, p. 187).
- ⁷ A visão neoliberal é baseada nas leis da oferta e da procura destinadas aos princípios do mercado, onde os indivíduos se relacionam em função da satisfação de suas necessidades, participando do sistema de divisão do trabalho e das competências que este pressupõe. (Valdivieso, 2003).
- ⁸ Não foram encontrados dados mais recentes para comparação.
- ⁹ A pesquisa ação surgiu nos trabalhos de Kurt Lewin em 1946. Deve gerar um processo de ação/reflexão coletiva. A metodologia é organizada pelas situações relevantes que emergem do processo assumindo um caráter emancipatório, pois “... mediante a participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos”. (FRANCO, 2005).

Referências Bibliográficas

- ANASTASIA, F. NUNES, F. **A reforma da representação**. In: **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.
- ARTURI, C.S. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro**. IN: REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Curitiba: UFPR, 2001, n.17. Publicação semestral. ISSN: 0104-4478
- BOBBIO, N. et. al. **Dicionário de Política**. 6ª Ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CEPAL, Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2006
- CODATO, A.N. **Transição Política e Consolidação Democrática no Brasil: uma perspectiva histórica**. IN: REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Curitiba: UFPR, 2005, n.25. Publicação semestral. ISSN: 0104-4478
- CORTINA, A. **Ciudadanos del mundo: una nova teoria de la ciudadanía**. Madrid: Alianza, 1997.
- COUTINHO, M. **Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea**. Revista de sociologia e política, n. 27, nov.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/08.pdf>. Acesso em: 10 out. 2007.

- DAHL, R.A. **Poliarquia participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- FERREIRA, J.L. **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- _____. **Os Dirigentes e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968a.
- _____. **Maquiavel A Política e o Estado Moderano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.
- HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- IBGE, **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. Trabalho Infantil 2001. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 16 jan. 2008.
- KINZO, M. D' G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo: Perspec., Dez 2001, vol.15, no.4, p.3-12. ISSN 0102-8839
- KUENZER, A. Z. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a Gestão**. In: Ferreira, N.C. **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 3ª ed, São Paulo: Cortez, 2001.
- MICHELIS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editor Universidade de Brasília, 1982.
- O'DONNELL, G. **Democracia Delegativa?** São Paulo: Novos Estudos CEPRAP, 1991.
- REIS, F.W. Democracia, Igualdade e Identidade. IN: PERISSINOTTO, R.M. FUCKS, M. **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____. **Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo**. 30ª ed. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SCHUMPETER, A. J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- WEFFORT, F. **Qual Democracia?** 2ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- VILLASANTE, T. **Estado, Sociedade e Programações Alternativas**, Revista Brasileira de Educação, Caxambu, MG, n.10, set. 1997. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_09_ESPACO_ABERTO_-_TOMAS_R_VILLASANTE.pdf. Acesso em: 20 ago. 2007.
- ZAVERUCHA, J. **Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.9, n.26, p.162-178,out. 1994
- www.ibge.gov.br

Sobre a autora:

Roberta Ravaglio Gagno: Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná; Professora das Faculdades Santa Cruz; Pedagoga da rede estadual de ensino do Paraná; Pedagoga da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

E-mail: rsravaglio@hotmail.com